

MINHA BOCA É UM TÚMULO...ARROMBADO¹

Desenterrando a realidade transgênera de Santa Maria/RS

MY MOUTH IS A TOMB...BROKEN INTO
Uncover the transgender reality of Santa Maria/RS

Débora Lopes Loro², Julia Pozebon³, Maisa Gabrieli de Souza⁴,
Beatriz Fernandes Figueiredo⁵, Nati de Castro Fernandes⁶,
Evelyn Paniz Possebon⁷ e Clarissa Squizani Manske⁸

Resumo

A discussão *Minha boca é um túmulo...arrombado: desenterrando a realidade transgênera de Santa Maria* concentra-se em evidenciar e discutir a realidade e, principalmente, as dificuldades enfrentadas pela população transgênera da cidade de Santa Maria/RS. Nesse sentido, são abordados tópicos diversos que permeiam o território urbano e a sociedade como um todo, desde saúde, cultura, direito, política, preconceito, violência e a arquitetura como ferramenta de ocupação do espaço urbano. Assim, o trabalho consiste em uma análise bibliográfica de dados e informações acerca da vivência transgênera no contexto urbano, abordando o pertencimento e o acolhimento dos indivíduos transgênera na cidade.

Palavras-chave: transgênera, território urbano, espaço, violência, pertencimento.

Abstract

The discussion "My mouth is a tomb... broken into: uncover the transgender reality of Santa Maria" focuses on highlighting and discussing the reality and, primarily, the difficulties faced by the transgender population of the city of Santa Maria/RS. In this regard, various topics are addressed that permeate urban territory and society as a whole, including health, culture, law, politics, prejudice, violence, and architecture as a tool for urban space occupation. Thus, the work is structured in two parts: the first aims to conduct a bibliographical analysis of data and information about transgender experience in the urban context and to highlight the main stigmas and violence in general manifesting in Santa Maria society. The second part discusses belonging and the acceptance of transgender individuals in the city.

Keywords: transgender, urban territory, space, violence, belonging.

1 Referência à expressão usada por Cilene Rossi quando convidada a dar seu depoimento de vida.

2 Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

3 Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

4 Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

5 Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

6 Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

7 Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

8 Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Introdução

Sua lei me tornou ilegal
Me chamaram de suja, louca, sem moral
Vão ter que me engolir por bem ou por mal
Agora que eu atingi escala mundial

Navalha debaixo da língua
Tô pronta pra briga
Navalha debaixo da língua
(...)

A música *Diaba*, assim como muitas outras da cantora Urias, mulher transgênera mineira de 29 anos, retrata a hostilidade enfrentada por pessoas que fogem da perspectiva heterocisnormativa imposta pela sociedade preconceituosa e violenta, seja pela orientação sexual ou identidade de gênero. No contexto da canção, o eu-lírico não é passivo, ele reage e luta para afirmar sua identidade no espaço e, com isso, finalmente ser reconhecido por todos, assim como três milhões de brasileiros transgênera que enfrentam diariamente os estigmas de uma cultura transfóbica, a qual apenas em 2023 vitimou 145 pessoas trans – o maior número de assassinatos desde 2008 em todo o mundo (Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil⁹ – ANTRA, 2023).

Além disso, ressalta-se que a violência física não é o único fator que afeta negativamente a sensação de pertencimento do indivíduo transgênera no corpo social. Isso porque o abandono e o desamparo afetivo, principalmente familiar, se faz presente nas mais diversas conjunturas, já que a transição de gênero é um processo contínuo e repleto de novas vivências que, muitas vezes, não atendem às expectativas idealizadas por pessoas do convívio social, as quais, frustradas, não associam o indivíduo à sua nova imagem (Braz *et al.*, 2020). Assim, devido ao preconceito, o indivíduo perde a principal rede de apoio que até então o acompanhava, e passa a encontrar, na solidão e no isolamento, a segurança e a garantia de se manter verdadeiro consigo mesmo na jornada de reconstrução de sua vida (Senna, 2021).

Ainda acerca do processo de transição, uma etapa delicada e que envolve diferentes cuidados médicos, é importante destacar que, infelizmente, esses indivíduos ainda são expostos a situações desconfortáveis e vulneráveis quanto às políticas públicas de saúde (Vidal; Da Paixão, 2016 *apud* Oliveira, 2021). Tal fato advém da falta de preparo de profissionais da saúde e, conseqüentemente, de ambientes que sejam de fato acolhedores, tornando difícil a assistência e o acolhimento adequado para promover o devido suporte e identificar as necessidades e particularidades de cada pessoa transgênera. Assim, as diferentes nuances do preconceito e da negligência embutidas no tratamento dessas pessoas acaba por distanciá-las cada vez mais do serviço público de saúde e direcioná-las a ambientes inseguros e informais de atendimento médico, como auto-hormonização, aplicação de silicones em clínicas clandestinas e demais procedimentos estéticos em locais precários e/ou com profissionais que possuem uma formação duvidosa.

⁹ Ver mais em: <https://antrabrasil.org>.

Nesse contexto, é fato que os habitantes de uma cidade são os coautores dos espaços, sendo, desse modo, diretamente contribuintes em diferentes aspectos, tais como a criação, a apropriação e a resignificação dos ambientes públicos, além de colaborarem com a noção coletiva do espaço urbano (Pagnan, 2024). No entanto, apesar disso, a população transgênero tem sido constantemente excluída desse processo que prioriza os interesses de grupos sociais bem definidos e historicamente privilegiados – isto é, homens brancos cis e ricos – na oferta e na utilização dos espaços da cidade. Como resposta, o público transgênero se apropria de ambientes subutilizados, obscuros e também excluídos pela sociedade, como esquinas, becos e trevos. Por outro lado, também surgem espaços voltados a esses indivíduos, sejam estes de entretenimento e diversão ou, ainda, de acolhimento e atendimento às suas mais diversas necessidades.

Do mesmo modo, salienta-se que, ao longo do tempo, a configuração e apropriação do território urbano ocidental tem se consolidado a partir de uma arquitetura que produz e reproduz estruturas imutáveis, alicerçadas na diferenciação de classe social, raça, sexo ou gênero, e que implicam diretamente na relação do indivíduo com a ocupação dos espaços públicos (Pagnan, 2024). E é nessa ótica que o corpo trans é marginalizado, hipersexualizado e confinado em territórios ditos *desprezíveis*. No entanto, as manifestações corpóreas como ato político desafiam essa lógica, já que exprimem história, identidade e resistência, sendo a mera presença do corpo trans no ambiente público um ato puro de subversão e transversão de um espaço que é, sobretudo, produto de uma cultura heterossexual, branca e capitalista (Pina, 2023).

Diante desse cenário, o surgimento recente de casas de acolhimento para vítimas de violência de gênero tem sido uma estratégia eficiente de integrar, orientar e dar visibilidade a esses indivíduos, ao mesmo tempo em que tais espaços confrontam a estrutura dos territórios (Santos *et al.*, 2023). Assim sendo, ao trazer a presente discussão para Santa Maria, cidade dita *coração do estado* do Rio Grande do Sul e que carrega marcas profundas da transfobia, tem-se como destaque o Espaço Multiprofissional Casa Verônica¹⁰, projeto da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) que constitui uma rede de apoio e desenvolve estratégias de resiliência para um melhor convívio do indivíduo tanto no meio acadêmico quanto no ambiente público, fruto de um coletivo de técnicos-administrativos, professores, acadêmicos, líderes da instituição e dos movimentos sociais locais, preocupados com a equidade de gênero nas dependências dos *campi*.

Verônica de Oliveira tinha 40 anos e comandava um alojamento com dez transgêneros quando foi brutalmente assassinada em dezembro de 2019 – assim como quatro outras mulheres transgênero no mesmo período em Santa Maria/RS. A *Mãe Loira*, como era conhecida, abalou as estruturas conservadoras da cidade ao passo que revelou a força da comunidade LGBTQIAPN+, tendo seu nome escolhido por voto popular para designar a casa de acolhimento às pessoas em situação de violência de gênero da UFSM. O projeto, fruto da Política de Igualdade de Gênero na Instituição, atende a comunidade acadêmica, a qual é composta por diferentes contextos étnicos, regionais, sociais e culturais, abrangendo uma população diversa e expressiva do estado. Ainda, a Casa Verônica é uma importante ferramenta de articulação do ensino superior no enfrentamento e combate à violência, além de auxiliar na mudança cultural para a transformação do corpo social.

¹⁰ Ver mais em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/pre/observatorio-de-direitos-humanos/casa-veronica>.

Nessa perspectiva, o objetivo deste artigo é analisar a presença transgênero na cidade de Santa Maria e a sua manifestação no aspecto cultural e social, além de discutir acerca do impacto da violência e do preconceito na sensação de pertencimento e acolhimento do sujeito transgênero no território urbano. Ademais, objetivou-se realizar uma investigação a respeito das casas e instituições responsáveis pelo acolhimento do público transgênero, a partir da coleta de relatos e vivências. Para fundamentar tal estudo, realizou-se uma revisão bibliográfica e a construção de um diálogo com referências institucionais que atuam diretamente com pessoas transgênero, além de narrar as diversas lutas da comunidade na transfiguração do espaço urbano. Assim, ao expandir a temática para a área da Arquitetura e Urbanismo, tem-se a possibilidade de debater questões intrínsecas à cidade, bem como potenciais meios de torná-la mais acessível e igualitária.

Metodologia

A presente pesquisa, de cunho exploratório, baseou-se em uma revisão bibliográfica, alinhada aos modos de olhar a cidade perante a existência de pessoas transgênero, e na discussão sobre a relação das pessoas transgênero com o uso e a ocupação do território socioespacial de Santa Maria/RS. Para fundamentar tal discussão, foram coletados relatos de experiências como uma atividade de produção de conhecimento acerca das sensações de respeito, inclusão e identificação, ou não, dos indivíduos na cena atual. A revisão bibliográfica e o debate estão organizados nos temas: contexto urbano nas escalas de cidade, estado e Brasil, saúde pública, educação, política, cultura, território, preconceito, identidade, pertencimento, acolhimento e arquitetura.

Revisão bibliográfica

Cidade Hostil: Os limites invisíveis da aceitação urbana em Santa Maria/RS

A cidade não é apenas um aglomerado de edificações e um emaranhado de passagens que estabelecem uma conexão entre si, ela também se faz com as pessoas que ali residem e suas múltiplas manifestações de ódio, amor, compaixão, gostos e personalidades, ou seja, é a partir do cotidiano que são estabelecidas as relações sociais atribuídas ao espaço urbano (Pagnan, 2019). Sob esse viés, toda cidade abriga lugares que propiciam a construção e a expressão de uma identidade de grupo a partir da interação entre diversos grupos. Em Santa Maria, no interior do Rio Grande do Sul, esses locais são representados por casas noturnas, bares, praças e esquinas que acolhem – ou não – as pessoas transgênero, dispendo de segurança para que esses indivíduos possam exteriorizar seu âmago, porém, de maneira restringida aos padrões cisheteronormativos. Isso pode ser retratado pelo conceito *efeito chiqueirinho/gourmetizado*, popular entre a comunidade LGBTQIAPN+, e que denomina a delimitação do espaço de maneira sensorial, e não física ou verbal, onde o grupo é cercado e, conseqüentemente, marginalizado.

[...] Assim, Santa Maria é fod@ mesmo, muitas pessoas trans foram mortas aqui né, algo que... acho que a gente não tem espaço aqui, não tem lugar que a gente possa sentir seguro, que não vamos sofrer transfobia até um lugar de lazer sabe, tipo festa e na verdade às vezes, até tem, só que é aquela questão: a gente acaba sendo meio

excluído, esse lugar é pra vocês.

É o efeito chiqueirinho que normalmente falam, é o efeito chiqueirinho, chiqueirinho. Ah, nós queremos incluir, então aqui está o lugar que vocês podem circular, ah... mas a gente quer [...] não não, aqui é o lugar, ah... mas a gente não gosta, não, não.

Relato de dois frequentadores anônimos do Espaço Multiuso Casa Verônica, 2024.

Para entender a cena atual de Santa Maria, é necessário, primeiramente, analisar o contexto histórico nacional. A luta pelos direitos das pessoas transgênero no Brasil tem seu início durante a ditadura militar, iniciando-se na década de 1970 com o movimento LGBTQIAPN+. Ao longo dos anos, essa batalha ganhou força e organização, marcando três distintas ondas, conforme Facchini (2005). A primeira, de 1978 a 1983, testemunhou o surgimento do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), um marco inicial na mobilização pela igualdade de direitos; a segunda onda, de 1984 a 1992, foi marcada pela crise da epidemia de HIV, que trouxe não só desmobilização, mas também estigmatização e discriminação, com a doença sendo erroneamente associada à comunidade LGBTQIAPN+; e a terceira onda, de 1992 a 2005, testemunhou um aumento significativo no número de organizações não governamentais e grupos engajados na luta pelos direitos LGBTQIAPN+, impulsionando diversas iniciativas e reivindicações. Desse modo, se observa que a luta deste grupo está intimamente ligada a aspectos mínimos para sua existência, como acesso à saúde integral que considere o indivíduo e suas particularidades.

Do estigma à negligência: a dura realidade das travestis no acesso à saúde

No âmbito da saúde, muitas pessoas transgênero ainda encontram dificuldades em procurar atendimento médico emergencial e de rotina devido ao preconceito instaurado nesses espaços. Existe um impedimento subentendido do acesso das pessoas transgênero no ambiente hospitalar, proveniente de um desconhecimento técnico das particularidades de atendimento que a comunidade transgênero demanda (SOUZA *et al.*, 2014). Diante disso, há um reflexo nítido de que a população transgênero carece de atendimento especializado, como se pode concluir analisando o artigo publicado pela PLOS One e conduzido por pesquisadores da Universidade de Maastricht¹¹, na Holanda, que aponta que as transfemininas, termo usado para se referir às mulheres transgênero, apresentam 66 vezes maior risco de terem o HIV.

Esse mesmo estudo explica que esse maior risco é influenciado também pelo compartilhamento de agulhas usadas para injeção de silicone ou hormônios. Em Santa Maria, é comum encontrar relatos de transfemininas que têm aplicação de polimetilmetacrilato, componente plástico popularmente chamado de PMMA, que apresenta diversos riscos para a saúde. Segundo Ashley, mulher transgênero santamariense, o procedimento de preenchimento é arriscado e pode ser fatal, o que faz com que as *bombadeiras* (geralmente mulheres transgênero mais velhas, as quais fazem a aplicação do PMMA), caso algo dê errado, negligenciem eventuais complicações e se isentem de responsabilidades em caso de morte, recaindo a responsabilidade na mulher que escolheu correr o risco da aplicação (Souza *et al.*, 2014).

¹¹ Ver mais em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0260063>.

Além das leis: a luta nunca acaba, pela segurança das pessoas transgênero na educação

Até então esquecidos pelas políticas educacionais, foi em 2014 que o Ministério da Educação autorizou o uso do nome social no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), garantindo o direito à identidade de gênero nas instituições educacionais. Outro avanço ocorreu em 2018, quando o Supremo Tribunal Federal reconheceu o direito à retificação legal de nome e gênero nos cartórios, sem necessidade de autorização judicial. Apesar de apresentar algumas evoluções importantes para a comunidade transgênero, tais políticas públicas não têm trazido a segurança necessária para o coletivo, visto que nenhuma dessas ações impediu que o país seguisse sendo o que mais mata pessoas transgênero desde de 2008, durante 15 anos seguidos, e em 2023 esse número teve um aumento de 150% em relação ao ano do início da coleta de dados (Benevides, 2024). Já a nível estadual, o Decreto Nº 56229, de 2021, enuncia sobre a reserva de vagas para as pessoas transgênero, pessoas com deficiência, pessoas negras e indígenas em concursos públicos e processos seletivos para contratação para cargos efetivos e empregos públicos, assim como para cargos temporários no Poder Executivo do Estado.

A educação sempre trouxe consigo o papel de principal meio de ascensão social e econômica, apresentando-se como o meio mais eficaz de ocupação de espaços e de visibilidade de uma comunidade, ofertando às pessoas o acesso à propriedade e ao embasamento teórico para discussões referentes às suas demandas e maior autoridade para reivindicações de seus direitos. Essa realidade não se mostraria diferente para a população transgênero. As políticas educacionais que buscam a inclusão dessas pessoas na universidade¹², apesar de virem trazendo resultados, ainda mostram-se como um número muito inferior ao ideal. Ainda, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (Antra, 2022), [...] *de acordo com informações sobre a situação educacional das pessoas trans, estima-se que cerca de 70% não concluiu o ensino médio e que apenas 0,02% encontram-se no ensino superior*. Não apenas isso, apesar desse público vir acessando e ocupando cada vez mais, mesmo que a passos curtos, os espaços de educação superior, um dos maiores desafios enfrentados por essas pessoas que, com dificuldade, ultrapassam essas estatísticas, é a permanência neste local, devido, principalmente, às questões psicológicas, violências veladas sofridas dentro e fora desses ambientes, bem como a questões externas ao âmbito educacional.

Dessa maneira, com o intuito de evitar a evasão das pessoas transgênero na Universidade Federal de Santa Maria, foi criada a *Casa Verônica*, a partir da resolução da UFSM Nº 064, de 03 de novembro de 2021, referente à Disciplina da Política de Igualdade de Gênero da UFSM. Definido a partir de uma consulta pública, contando com mais de 1.500 votos, obtendo 39% dos votos totais, o nome é uma homenagem a Verônica de Oliveira, ativista e defensora dos direitos das pessoas LGBTQIAPN+.

Tal local é um espaço multiprofissional vinculado ao Observatório de Direitos Humanos e à Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal de Santa Maria, localizado nos fundos da Biblioteca Central do *campus* sede da Universidade. Trata-se, principalmente, de um espaço para acolher as pessoas em situação de violência de gênero, mas

¹² Ver mais em: <https://antrabrasil.org/2020/12/17/nota-antra-cotas-universidades-pessoas-trans>.

não excluindo outros âmbitos. Tem como objetivo ser um centro de referência que promove a política de igualdade de gênero, enfrentamento e responsabilização em casos de violência e assistência. A casa está sempre aberta para recepção de ações da comunidade acadêmica e coletivos da Universidade que tenham interesse em desenvolver ações voltadas para as questões de gênero, tendo como foco oferecer atendimento psicossocial, orientação jurídica, rodas de conversa, oficinas, cursos, formações, etc.

No site da UFSM¹³, há informações de como se pode identificar os tipos de violências, números de assistência e também para que se estabeleça contato entre as pessoas que necessitam desses atendimentos com os profissionais da Casa Verônica.

Adentrando nas responsabilidades das divas¹⁴ na esfera política e cultural santa-mariense

Na esfera política, Santa Maria conta com vinte e um vereadores de diversos partidos políticos que atuam em conjunto na Câmara de Vereadores da cidade. Segundo o Coletivo Voe¹⁵, até o ano de 2021, três vereadores possuíam assessoras parlamentares transgênero, totalizando quatro mulheres transgênero atuando no Legislativo da cidade. Logo, pode-se observar que a representatividade transgênero na política municipal vem se ampliando, gerando uma influência e identificação da comunidade LGBTQIAPN+ nas decisões políticas do município, o que constitui um ciclo que vai da intervenção e ampliação do poder para mais atuações e conquistas, que dão origem a mais intervenções e ampliações.

Cilene Rossi, mulher transgênero, assessora parlamentar da vereadora Marina Callegaro – responsável por protocolar o Projeto de Lei que institui o Janeiro Lilás¹⁶, mês da Visibilidade Trans em Santa Maria/RS, conta que o gabinete onde atua é um ponto de referência e acolhimento para as pessoas transgênero que buscam, principalmente, orientações jurídico-administrativas para o uso do nome social em documentos. No gabinete, são dadas as instruções necessárias e o encaminhamento para os cartórios da cidade, que efetuam os trâmites necessários de forma gratuita.

O Janeiro Lilás, instituído pela Lei n° 6537/2021, citada anteriormente, representa o mês da Visibilidade Trans em Santa Maria e tem seu nome derivado da fusão das cores da bandeira transgênero: azul claro, branco e rosa claro. Inspirada em uma campanha feita em Brasília, denominada *Travesti e Respeito*, no ano de 2004, e que gerou repercussão nacional, a Lei determina que durante o mês de janeiro os espaços públicos podem ser utilizados para atividades de conscientização, palestras, debates e audiências públicas para promover a igualdade, inclusão e o acesso aos mecanismos jurídicos para a proteção dos indivíduos transgênero. Além disso, para promover a visibilidade do movimento, a arquitetura e o urbanismo da cidade podem ser complementados com projetos de iluminação lilás em monumentos, edifícios, pontos turísticos e residências, a fim de trazer à tona a luta transgênero para o espaço construído. Ademais, em janeiro de 2023, a Estação Férrea da Gare abrigou um

13 Ver mais em: www.ufsm.br/pro-reitorias/pre/observatorio-de-direitos-humanos/casa-veronica.

14 Expressão utilizada por Cilene Rossi para se referir a ela mesma.

15 Ver mais em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/pre/observatorio-de-direitos-humanos/coletivo-voe>.

16 Ver mais em: https://diariosm.com.br/noticias/geral/janeiro_lilas_mes_da_visibilidade_trans_tera_programacao_em_santa_maria.512231.

evento voltado para o público transgênero com a seguinte temática: *Saúde, Segurança Pública e Empregabilidade no contexto de pessoas trans*, tendo se estendido do dia 11 de janeiro até o dia 29 do mesmo mês – Dia Nacional da Visibilidade Transgênero.

Como uma put@ mulher é vista no cenário musical

Dentro do contexto de oportunidades de inserção na sociedade, é de conhecimento geral que pessoas cisgênero encontram muito mais oportunidades no cenário artístico comparado às pessoas transgênero, visto que tal cenário, muitas vezes, tem seu público limitado à própria comunidade, afinal, as pessoas, em sua maioria, retratam as suas vivências, criando, assim, uma identificação do grupo e, conseqüentemente, uma força perante às violências encontradas no meio. Entretanto, atualmente, as artes criadas por pessoas transgênero estão atingindo diversos públicos que, até então, não tinham contato direto com as criações artísticas da comunidade e, justamente pelo fortalecimento do grupo entre si, houve a ampliação de suas fronteiras.

[...]
Eu tenho fé
Que um dia vai ouvir falar de um cara que era só um Zé
Não é noticiário de jornal, não é
Hoje ele é uma put@ mulher
[...]

O trecho da música *Meu mundo é o Barro*, interpretada pela cantora Urias, retrata o desejo de ser reconhecida pela sua música e, também, por ser uma artista transgênero. O uso do pronome ele, ao se referir a uma put@ mulher, é uma clara ironia a quem ainda relaciona sua imagem pessoal a de um homem cis, ilegitimando sua trajetória individual e artística pelo fato de ser uma pessoa transgênero. Sobre isso, ressalta-se que o final da década de 1960 e início da década de 1970 foi um período de resistência e confronto perante às ideologias carregadas culturalmente até então, possibilitando, assim, a formação de novos espaços que pudessem transpassar os comportamentos e costumes tradicionais (Mendes, 2011), isto é, as pessoas marginalizadas pela sociedade começaram a ocupar espaços, até então, inacessíveis para elas.

Com isso, o cenário da música também sofreu alterações, a exemplo do estilo musical rap que, a partir da década de 1980, começou a popularizar-se no Brasil, buscando, assim, uma personalidade própria (Teperman, 2015). O rap tornou-se, no território brasileiro, um símbolo de visibilidade das pautas de desigualdade social, racismo e violência de gênero, tomando seu lugar em meio aos estilos já consolidados no país, o que não foi diferente em Santa Maria/RS. Nesse cenário, o rap santa-mariense tem ganhado cada vez mais prestígio em eventos municipais e também tem se apropriado do espaço físico da cidade – a exemplo, tem-se o grupo Batalha da Roraima, que realiza batalhas de rimas ao longo da Avenida Roraima, no bairro Camobi.

Porém, apesar da grande notoriedade que o rap conquistou no território brasileiro, em especial em Santa Maria, o efeito *chiqueirinho*, já supracitado, manifesta-se até mesmo nos espaços que deveriam servir de apoio às minorias, como nas batalhas de rap.

[...] agora, quanto à visibilidade e inclusão dos LGBTQIAPN+ na cena: praticamente não tem, vejo pouquíssimos, ínfimos vestígios de representação. Em todas as batalhas só tem homem cis atacando um

aos outros, chamando de *viadinho*, *mona*, *mulherzinha*, sempre no deboche. Quando pessoas como nós tentam se inserir na cena são escanteadas, como se só servissem para fazer *backing* e vozinha melódica, não rima, porque rima é coisa de macho. Basicamente isso é o que vi e presenciei estando envolvido e presente nas batalhas que rolam na cidade. E quando tem mulher, é uma só e sempre rola piadinha machista.

Relato anônimo de um participante das batalhas de rap de Santa Maria, 2024.

A partir disso, destaca-se que a transfobia se relaciona diretamente com o machismo, já que o ato de *homens* atacarem as condutas ditas *femininas* ultrapassa a relação de binaridade e alcança o nível de descaso e julgamento com os comportamentos não heteronormativos (Oliveira; Lima; Gomes, 2018). No meio musical, infelizmente, é comum que o artista transgênero seja questionado sobre como ocorreu a ascensão de sua carreira, já que o pensamento de que há uma figura masculina por trás é frequente. Ainda, quando não ocorrem ataques verbais, como aqueles citados anteriormente no relato, tem-se o isolamento e a invisibilidade do indivíduo na cena.

Essa exclusão não é característica apenas do cenário musical, mas também de todos os campos que compõem a vida social e a produção artística nacional. Isso porque o controle do Estado passou de ser apenas em espaços de quatro paredes, onde sua população é prontamente sacrificada, para ser expresso pela exclusão e pelo molde do corpo LGBTQIAPN+ aos padrões heterocisnormativos vigentes e de interesse estatal (Agamben, 2002). Assim, ao transpor a esfera artística e entrar no campo urbanístico, essa segregação passa a influenciar na maneira como os espaços são ocupados pela população transgênero e como ocorrem as relações de identificação e pertencimento com o lugar.

Território, ocupação e urbanismo: um fragmento sobre o processo de exclusão da população transgênero no espaço urbano

Na contemporaneidade, o território é entendido como uma área multidimensional que une e estabelece relações entre as esferas política, econômica e cultural enquanto os agentes e grupos se articulam e geram processos de territorialização (e desterritorialização) em determinado espaço, criando um vínculo de pertencimento (Pina, 2023). Assim, na teoria, o espaço urbano é ocupado e resignificado em diferentes escalas para múltiplos grupos sociais que, através da noção de poder, geram um processo de identificação com o meio em que vivem. Nesse contexto, um exemplo palpável da relação entre território-ser humano é o domínio de esquinas e setores de praças públicas por parte da população transgênero, que cria um forte apego e soberania nesses lugares, constituindo pontos de encontro entre membros da comunidade e, com isso, uma maneira de dizer: *esse espaço aqui é meu*.

É importante sinalizar que a ocupação desses espaços, principalmente no período noturno, tem sido alvo de grande debate, visto que é necessária uma interpretação para além do contraste noite-dia. Isso porque, na ótica de gênero, há um pensamento da cidade além do período diurno, em que o sexo, a pornografia e a prostituição acabam por representar uma maneira própria de ocupação e apropriação do espaço urbano (Silva, 2021). Desse modo, o entendimento do processo de ocupação da população transgênero é um reflexo das práticas urbanísticas que têm sido empreendidas e que, de certa forma, têm marginalizado cada vez mais esse grupo em questão, visto que

esses ambientes e a população transgênero transgridem a concepção de gênero estabelecida e formam seus próprios territórios de resistência e de *abjeção*, resistindo à lógica imposta pela heterocisnormatividade (Pile, 1997 *apud* Silva, 2021).

A segregação desses indivíduos e espaços são, de acordo com Miskolci (2017), um espelho da ordem arquitetônica, a qual utiliza tecnologias de construção de gênero e, portanto, de descriminalização. Nesse contexto, o urbanismo empregado nas cidades visa a reprodução e a hegemonização desses conceitos, principalmente no planejamento de espaços públicos seguros para todos os usuários, criando territórios de abjeção que são negligenciados e excluídos da lógica de ocupação, e que carecem de atratividades. Logo, por resistirem às normativas difundidas pela sociedade, as zonas de ocupação e de pertencimento criadas pelos grupos transgêneros são excluídas nas iniciativas urbanísticas de integração e disseminação de cultura, perspectivas e experiências diversas, contribuindo para a perpetuação de estereótipos de gênero e, principalmente, de preconceito.

O massacre dos vaga-lumes: o preconceito e a heterocisnormatividade na invalidação da identidade e do corpo transgênero

No entanto, por trás de uma cena otimista quanto à conquista de espaço e visibilidade da comunidade transgênero na sociedade, há uma cultura conservadora e preconceituosa que rege os valores e ideias dominantes no espaço. Dito isso, a cidade, sendo uma imagem refletida da sociedade, adota a heteronormatividade como norma e rejeita os corpos dissidentes, isto é, aqueles que não se inserem no padrão sexual definido como norma (Miranda, 2018). Nesse sentido, a naturalização desse padrão de pensar e projetar patriarcal presume controlar e disciplinar a experiência corporal a partir de estruturas de poder e controle (Foucault, 2000 *apud* Pina, 2023) representada na dissociação da vida privada e pública e na generalização do grupo que não segue a normativa imposta (Pina, 2023).

Diante disso, ao indagar Cilene Rossi a respeito das mudanças positivas ou não que ela, como uma mulher transgênero, tem presenciado na sociedade nas últimas décadas, ela conta:

[...] Agradeça a nós, mulheres mais vividas, digo mulher... porque mulher é quando tu já passou dos 35 anos, que é a faixa etária da expectativa de vida de uma mulher transgênero. Então tu deixa de ser uma menina, passou dessa faixa que é a estatística da mortalidade das mulheres trans, tu passa a ser uma mulher trans e uma mulher empoderada. Eu vejo muitas coisas positivas na questão de alguns direitos garantidos né, tanto com o governo federal, estadual e municipal. Teve sim alguns avanços. Obviamente que o preconceito é uma coisa que tá dentro de cada ser humano e que mesmo com muita luta não é fácil de lutar contra [...] porque como eu falei, é um sentimento... triste, feio, vergonhoso, mas que vem de cada ser humano. Inclusive, eu costumo dizer que a primeira escola é a nossa família, é dentro de casa, já vem de berço, tu já traz esse sentimento de dentro da tua casa junto com a tua família, então os pais são um espelho dos filhos futuros [...] então essa dali já seria uma das visões negativas que eu tenho, é o preconceito e a falta de inclusão na sociedade que é o que tá muito difícil.

Relato de Cilene Rossi, 2024.

Ainda, ao adentrar as normativas que regem o comportamento dos brasileiros – e que também são responsáveis pelos preconceitos e estigmas, o ódio e a rejeição do corpo transgênero, principalmente de uma mulher transgênero –, é possível perceber a existência de uma intrínseca ligação com o machismo e a violência contra a mulher não transgênero, visto que o desprezo tem origem no gênero, e não na sexualidade (Bento, 2016). Na típica cidade rio-grandense, onde há a perpetuação da imagem do *gaúcho raiz*, nostálgico e de personalidade forte, o machismo se faz presente no momento em que o homem não consegue se libertar do ideal de masculinidade difundido em tais *valores* e não consegue conceber a ideia de uma mulher independente da figura masculina patriarcal e autoritária (Balieiro; Miskolci, 2020). E, é nessa conjuntura que o homem, em uma expressão máxima da sua *virilidade* e do seu poder incumbido por toda a retrospectiva histórica sobre ele, afirma sua autoridade sobre mulheres cis, mulheres transgênero e até mesmo sobre homens que não exalam a mesma masculinidade que ele.

Além disso, outro fator que ajuda a compreender o preconceito que ronda por Santa Maria é o medo da exposição e da humilhação pública dos homens perante seus desejos e interações sexuais que possam comprometer sua imagem diante do corpo social. A cidade, situada na região central do estado do Rio Grande do Sul, é considerada média, com cerca de 271.735 habitantes (IBGE, 2022), e ainda possui áreas interioranas em que é popular a máxima *todo mundo conhece todo mundo*. Assim, além da herança patriarcal já citada, a contradição de desejos e interesses, que vão desde a excitação até a vergonha, acarreta em um estado emocional vulnerável que pode partir para a hostilidade e a necessidade de eliminar as testemunhas dessas situações que ameaçam a noção de poder (Balieiro; Miskolci, 2020). Afinal, como os desejos sexuais de um homem irão se tornar públicos para a sociedade se não haverá ninguém para contá-los?

Apesar desses fatores não fornecerem explicações concisas sobre a violência de gênero contra pessoas transgênero em diferentes escalas de análise (cidade, estado, nação), eles orientam a compreensão das profundas camadas envolvidas na cultura do preconceito e na perpetuação dessa problemática. Como já evidenciado, o cenário de Santa Maria é promissor nos avanços em acolhimento e na inclusão desse público na cidade, seja por meio de instituições, seja por meio da conquista de espaços na cena pop e no legislativo do município. No entanto, isso não tem sido o bastante para cessar as ondas de ódio embutidas no discurso e na escalada da violência física.

Caroline, Mana, Verônica, Selenia e Morgana. Cinco mulheres transgênero empoderadas que, nessa ordem, foram brutalmente assassinadas em menos de cinco meses na cidade de Santa Maria, entre setembro de 2019 e janeiro de 2020. Todos os crimes foram cometidos por homens cis e com violência extrema, evidenciando a crueldade que o corpo transgênero é eliminado da sociedade (Oliveira, 2021). Nesse viés, é necessária uma análise multifatorial para compreender o discurso de ódio e a agressão por trás desses episódios. Porém, é notável a influência do machismo e da crescente ascensão da extrema direita, dita *conservadora*, no poder e na consolidação do pensamento de supremacia do homem cis e seus costumes diante dos demais corpos que não aqueles que atendem à normativa predominante.

Esses fatores demonstram como a cidade, ambiente em que se supõe a convivência, a existência e a possibilidade de constituir relações interpessoais entre todos os indivíduos que ali residem com harmonia e respeito às diversidades, é, na verdade,

um ambiente em que segmentos sociais tidos como abjetos são constantemente marginalizados, evidenciando a diferença entre existir na cidade e possuir, de fato, a alcunha de cidadão (Miranda, 2018). Assim, a mera existência do corpo transgênero em ambientes públicos causa repulsa à sociedade cisnormativa, que se utiliza do discurso para insinuar que pessoas transgênero são perigosas, doentes, agressivas, delinquentes e influenciadoras, *uma laranja podre que pode contaminar todas as outras do cesto*. Com isso, usam-se da violência para eliminá-las, assim como ocorreu com as vítimas de Santa Maria.

Além do preconceito, a pessoa transgênero ainda vive outra maneira de inferiorização que, de acordo com Judith Butler (2000), é a de abjeção. As abjeções são zonas inabitáveis da vida em sociedade, são aqueles indivíduos que, apesar de estarem presentes, não são caracterizados como sujeitos, interferindo diretamente na sociabilidade e na cidadania. Esses indivíduos, invisíveis aos olhos da cidade, só possuem vida em ambientes privados, em quatro paredes, sendo repelidos do acesso aos espaços públicos que, quando ocorre, dá-se em ambientes boêmios e erotizados (Miranda, 2018). Assim, a cidade, que deveria ser o local de inclusão e de trocas, acaba tornando-se um ambiente controlado por valores morais de uma sociedade dominada por valores heterocisnormativos, os quais também controlam e (des)validam os corpos.

Mas, apesar disso tudo, há resistência à subordinação dos corpos. De acordo com Didi-Huberman (2011, p. 23), a multidão de corpos são *vaga-lumes, seres luminescentes, dançantes, erráticos, intocáveis e resistentes enquanto tais*, ou seja, são corpos cuja mera existência afronta a hegemonia e busca incansavelmente pelos seus direitos. Logo, é necessário que a sociedade, em sua totalidade, renove seus conceitos a respeito dos valores e morais vigentes, adquirindo conhecimentos sobre a comunidade transgênero com respeito e empatia, já que, ainda de acordo com Didi-Huberman (2011, p. 52):

[...] Seria criminoso e estúpido colocar os vaga-lumes sob um projetor acreditando assim melhor observá-los. Assim como não serve de nada estudá-los, previamente mortos, alfinetados sobre uma mesa de entomologista ou observados como coisas muito antigas presas no âmbar há milhões de anos. Para conhecer os vaga-lumes, é preciso observá-los no presente de sua sobrevivência: é preciso vê-los dançar vivos no meio da noite, ainda que essa noite seja varrida por alguns ferozes projetores. Ainda que por pouco tempo. Ainda que por pouca coisa a ser vista: é preciso cerca de cinco mil vaga-lumes para produzir uma luz equivalente à de uma única vela.

Georges Didi-Huberman, em *Sobrevivência dos vaga-lumes*, 2011.

Discussão

Um excerto sobre identidade e noção de pertencimento das pessoas transgênero na cidade

Pessoas – ditas seres sociais –, mais do que apenas buscar, necessitam sentir-se parte integrante da comunidade. Ainda assim, existe uma parcela silenciada, cuja própria sociedade definiu seu lugar habitável: um ambiente muito distante da visibilidade social. Lutando contra tal definição de *lugar adequado a quem*, as pessoas transgênero seguem construindo espaços de resistência e pertencimento na cidade,

seja através de grupos de apoio, na organização de eventos culturais, ou na luta por políticas públicas mais inclusivas.

Em um plano teorizado por Lynch, em 2006, a cidade é vista como uma entidade social e política, organizada a partir da arquitetura, com a adição de elementos dinâmicos (as pessoas), suas atividades e interações. De forma convergente, tende-se a adotar a ideia de que o pertencimento surge, conseqüentemente, como sentimento compartilhado por todos os integrantes desse corpo dinâmico de seres. A realidade, no entanto, demonstra, através da setorização moral dos espaços, que essa é uma perspectiva meramente utópica.

Não é possível apontar o pertencimento como uma sensação cultivada entre pessoas transgênero em relação às suas cidades quando seus relatos abordam o desconforto em desfrutar do uso de estruturas e serviços públicos, como banheiros, transportes e até mesmo espaços comerciais. Não existe tratamento humanizado quando seu direito a serviços de saúde é burlado e torna-se necessário delimitar sua forma de se expressar, vestir e até mesmo portar, de modo a evitar agressões. Não há validação de identidade em ambientes onde a transfobia impacta o comportamento das pessoas transgênero.

A cidade-modelo de Lynch (2006) não conta com este grupo específico, o qual é abraçado, na grande maioria dos casos, pelas ruas e periferias, ou pelo confinamento em quartos e ambientes privados, e assim, pela invisibilidade. Isso é nítido no cenário da cidade de Santa Maria, onde a revitalização de alguns espaços públicos, que deveria ser pensada para ampliar a qualidade de vida urbana, acabou por impedir a população transgênero de usufruir de locais que anteriormente utilizava.

Tal ocorrência se exemplifica em pequenos parques e praças que, muitas vezes pouco movimentados, viravam ponto para prostituição. Esta é uma questão extremamente sensível, já que essa atividade é o trabalho de muitas pessoas transgênero, as quais, conforme já especificado, por não terem seus direitos garantidos, acabam assumindo essa como única opção de sobrevivência.

O fato é que tais espaços não são vistos positivamente no meio urbano, já que acabam concentrando a criminalidade. Contudo, revitalizar essas praças virou sinônimo de expulsar pessoas transgênero. Sabe-se que solucionar tal questão envolve políticas públicas e um engajamento amplo, porém, o que deveria ser feito no contexto do planejamento urbano é acolher essa parcela da população e pensar um espaço que possa ser utilizado com dignidade por ela. Assim como qualquer família que possivelmente iria utilizar essas praças após sua revitalização, pessoas LGBTQIAPN+ também precisam de espaços para permanência, para reunião com amigos, lazer e recreação. Nessa mesma linha de argumentação, Cilene Rossi pontua sobre as mudanças no espaço urbano de Santa Maria:

[...] muitas mudanças que não nos beneficiaram (em referência à população LGBTQIAPN+), algumas praças das quais fomos destituídas, proibidas de frequentar pois eram em área hospitalar, né, onde as mulheres trans ficavam umas trabalhando, outras iam para se reunir ali para conversar, trocar ideias, brincar...mas nós fomos expulsas, enxotadas deste local. [...] Mais ali para a área central nós tínhamos também locais onde nós nos encontrávamos, daí com mudanças que houve esses locais foram removidos, né, então para

nós ficou bem prejudicial.

Relato de Cilene Rossi, 2024.

Entende-se que existem previsões de utilização para cada área e que determinadas normas de uso devem ser seguidas, mas também se faz necessária a inclusão de todos. Caso determinado espaço se torne inadequado, ele deve ser replanejado e remanejado, sem que isso signifique promover a exclusão daqueles que o utilizavam, e este é um desafio para os arquitetos, urbanistas e paisagistas: pensar em um espaço urbano integrador.

Para além do debate acerca do planejamento urbano, mas ainda em relação aos espaços públicos, um problema relativo à infraestrutura urbana foi, por vezes, apontado entre os entrevistados como um fator-chave que acaba afastando a população transgênero do ambiente urbano: a precária iluminação pública. Isso, aliado à falta de patrulhamento e pontos de guarda, corrobora para a perpetuação da violência nas ruas.

No intuito de sanar as falhas citadas, há muito a ser feito para garantir que todos tenham igualdade de oportunidades e acesso a serviços adequados. Mas, tal premissa requer o engajamento contínuo de autoridades locais, instituições públicas, organizações da sociedade civil e da própria comunidade para combater o preconceito e promover a inclusão em todos os aspectos da vida na cidade.

Como caminho a ser seguido, reforça-se a defesa da criação de espaços onde as pessoas transgênero se sintam aceitas, respeitadas e valorizadas. Isso é crucial para promover bem-estar, integração social e, conseqüentemente, devolver à Santa Maria a simbologia de seu título *Cidade Cultura*. Essa é a cidade que todos querem, vista com afeto pelos seus habitantes, conforme Cilene Rossi destaca:

Mesmo com todas as adversidades, eu acredito que como as outras pessoas trans ou a maioria delas, continuo amando a nossa cidade, porque é aqui que a gente mora, é aqui que a gente vive, é aqui que a gente convive com as pessoas, com os amigos e familiares.

Relato de Cilene Rossi, 2024.

Ademais, tal convivência com pessoas queridas dialoga diretamente com os apontamentos já feitos e abre espaço para outra questão: a reestruturação da cidade. Tal ação é complexa, mas pode iniciar de forma simples: ampliando a inserção das Casas de Acolhimento especializadas ao público transgênero, as quais são espaços que buscam ser sinônimo de harmonia, calma, afeto e segurança, tal qual esperado da cidade-lar.

Do acolhimento: a cidade de Santa Maria em busca da construção de um Centro de Acolhimento para as pessoas LGBTQIAPN+

No panorama santa-mariense, mesmo permeada por violência, preconceito e toda uma conjuntura que incentiva a exclusão, a resiliência da comunidade transgênero, aliada a todos os que lhe oferecem amparo, consegue manter em pé alguns pontos de esperança na cidade. Nesse viés, é impossível falar sobre avanços nos serviços de atendimento às pessoas transgênero em Santa Maria sem citar o Ambulatório Transcender e o Ambulatório Transsexualizador do Hospital Casa de Saúde. O primeiro funciona como um espaço de acolhimento a nível municipal, e o segundo efetua um atendimento mais amplo para diversas cidades riograndenses da região e do entorno.

Assim sendo, considerando os serviços ofertados por cada um dos ambulatórios, tem-se que eles juntos abrangem atendimento médico com profissionais das mais diversas áreas, como ginecologista, clínico geral, fonoaudiólogo, psicólogo, assistente social, psiquiatra, enfermeiro, endocrinologista e urologista. O surgimento desses ambulatórios marcou a consolidação primordial do atendimento a este tipo de demanda em uma região interiorana do estado, evitando deslocamentos à capital gaúcha, que até então eram obrigatórios.

É necessário evidenciar, no entanto, que o serviço implementado pelo Programa Assistir¹⁷, por meio de recursos estaduais, foca no atendimento clínico e psicossocial das pessoas que queiram fazer a transição de gênero com tratamento hormonal. Caso o paciente opte por passar por um procedimento cirúrgico para efetuar a redesignação sexual – que consiste na alteração das características físicas da genitália – haverá um encaminhamento para uma clínica que efetue o procedimento, embora já exista em Santa Maria verba autorizada para a realização de procedimentos estéticos e cirúrgicos, conforme informações de profissionais do Ambulatório Transcender.

Em relação ao Ambulatório Transcender, destaca-se que o espaço também conta com encontros de grupos temáticos de acolhimento (adolescentes, arteterapia, adultos, afirmação de gênero). Portanto, além da atuação na área da saúde, o ambulatório também desenvolve um importante papel social. Ainda, dentre as pessoas transgênero que se dispuseram a relatar suas experiências com os ambulatórios, observou-se que, em geral, há uma positividade relacionada aos profissionais dos espaços, descritos como atenciosos, aos grupos de apoio que disseminam força e à interação com outras pessoas transgênero. Assim, destacam-se alguns fragmentos acerca das experiências individuais:

E foi uma experiência muito boa realmente ouvir o relato de outras pessoas trans, sem ser pela internet. Acho que essa parte pra mim foi um ponto muito positivo: ter esse convívio. Além disso, eles buscam se certificar de que a pessoa trans seja a protagonista da sua transição [...].

Relato anônimo, 2024.

Acerca do atendimento, explicou-se que as pessoas chegam aos ambulatórios principalmente por meio dos grupos de apoio, onde elas encontram acolhimento quando decidem seguir com a transição. Inicialmente, ocorre uma *consulta de acolhimento*, na qual um profissional irá reconhecer as necessidades do paciente, conforme relatado:

Primeiro eles fazem uma consulta chamada de consulta de acolhimento, em que um profissional (comigo foi a enfermeira chefe de lá) vai conversar contigo, conhecer, saber quais são as tuas necessidades, tanto de saúde física, quanto psicológica, e dali poder agir em tudo o que tu precisar [...].

Tipo, te acolher mesmo, porque muitas pessoas trans passam por situações de desabrigo, prostituição e tal, e a ideia lá é que eles consigam te dar o amparo geral.

Relato anônimo, 2024.

Na sequência, através de diálogo com o profissional e acompanhamento psicológico, o paciente poderá ser encaminhado à Casa de Saúde, onde ocorrem as consultas para ser iniciado o processo de hormonização. Já o procedimento de redesignação é mais sensível: deve haver um período de acompanhamento hormonal para poder ser efetuado o encaminhamento para a clínica que conduzirá o procedimento.

Além disso, ressalta-se que, em um patamar de destaque, ao lado dos ambulatórios, estão as ONGs atuantes na cidade. Permeadas por história, tanto na resistência quanto na busca incessante pela garantia e ampliação de direitos da população LGBTQIAPN+, citam-se três organizações santa-marienses, com ênfase em uma delas que atende diretamente a comunidade acadêmica da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), fornecendo acolhimento e espaços para convivência e debates. Sediada em um espaço físico no Campus da UFSM, e atendendo pessoas que têm algum tipo de ligação com a instituição, a Casa Verônica é protagonista na integração das pessoas transgênero e terá sua atuação elucidada em uma discussão especial nas páginas seguintes do presente artigo.

Ainda, atuando em linha similar à Casa Verônica, a ONG Igualdade¹⁸ está presente na cidade de Santa Maria desde o ano de 2002. Seu propósito é combater todas as formas de preconceito, tanto de gênero quanto racial, sexual e social. As ações desta ONG conseguem mobilizar parcela significativa da população, fato comprovado através da conquista do Ambulatório Transexualizador, uma luta na qual a Igualdade se fez presente. Para além da mobilização, a ONG é sempre apontada como referência entre a comunidade LGBTQIAPN+.

Outra organização cujo realce se faz fundamental é o Coletivo Voe, atuante desde o ano de 2011 na cidade. Preocupado em lutar contra machismo, misoginia, racismo, transfobia, homofobia, lesbofobia e demais formas de opressão relacionadas ao gênero e à orientação sexual, o Coletivo Voe é formado por pesquisadores, estudantes e ativistas que têm como pauta a defesa da diversidade sexual e de gênero, incentivando debates sobre corpo, gênero e sexualidade.

Seguindo os mesmos objetivos de apoio às pessoas LGBTQIAPN+, existe, em Santa Maria, uma Casa de Acolhimento para pessoas em situação de vulnerabilidade social, com um espaço específico para pessoas transgênero, porém, não muito bem demarcado. Infelizmente, existem diversos relatos denunciando a falta de segurança neste espaço, principalmente por abrigar pessoas de múltiplos gêneros e orientações, uma vez que é aberto a todos os que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Assim, locais especializados no atendimento, organizações e grupos de acolhimento são vitais para a comunidade transgênero. Com isso, espera-se que, através da disseminação de informações sobre tais ambientes, eles possam alcançar a visibilidade merecida, no intuito de cumprir seus objetivos traçados e auxiliar o maior número possível de pessoas, não criando *chiqueirinhos*, mas sim ambientes propícios à vivência.

17 Ver mais em: <https://saude.rs.gov.br/programa-assistir>.

18 Ver mais em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/pre/observatorio-de-direitos-humanos/ong-igualdade>.

Diante do exposto, não há a mais remota possibilidade de questionamento ou contra-argumentação acerca da importância e, mais do que isso, da necessidade de atuação desses grupos e da sociedade como um todo na busca pela construção de um Centro de Acolhimento realmente abrangente para a população LGBTQIAPN+ na cidade de Santa Maria/RS.

Conclusão

Depreende-se, a partir do exposto, que as instituições voltadas ao público transgênero, sejam elas de ordem pública ou privada, como as ONGs citadas e a Casa Verônica, desempenham um papel crucial no acolhimento e suporte à comunidade de Santa Maria. Suas existências demonstram a importância de criar espaços inclusivos que promovam conforto sensorial e a apropriação do espaço urbano, essenciais para o bem-estar e a integração social dessas pessoas. No entanto, apesar de alguns avanços, há muito a ser feito em diversos setores da sociedade para garantir uma inclusão verdadeira e significativa.

Constata-se, ainda, que a formação de um território é multidimensional, visto que integra aspectos políticos, econômicos e culturais. Assim, compõe-se um espaço no qual grupos se articulam e criam vínculos de pertencimento. A população transgênero de Santa Maria, protagonista do presente artigo, se apropria desses espaços urbanos, criando uma forte noção de identidade de grupo. Contudo, infelizmente, tais espaços são excluídos dos investimentos arquitetônicos e urbanísticos, haja vista que desafiam a heterocisnormatividade.

Desse modo, viu-se que o designado urbanismo tradicional, excludente a todo e qualquer comportamento não conformativo aos padrões, incentiva a perpetuação de estigmas e preconceitos. Assim, é imperativo que haja um esforço contínuo no intuito de criar e manter espaços públicos que sejam inclusivos e acolhedores para todas as identidades de gênero, sem restrições superficiais e preconceituosas, dispondo dos preceitos da arquitetura e urbanismo como ferramenta para cumprir tal objetivo.

De modo similar ao que ocorre na espacialidade santa-mariense, ainda existem múltiplas barreiras que também fragilizam o acesso a cuidados médicos adequados para pessoas transgênero. Embora existam avanços, como o reconhecimento do nome social no Sistema Único de Saúde (SUS) em 2006 e as portarias de identidade de gênero e orientação sexual na saúde em 2008, as mudanças esperadas devem ser mais amplas e abrangentes.

Nesse viés, os desafios do acesso à saúde resultam em altos índices de problemas de saúde física e psicológica, ampliando o estigma imposto à população transgênero. Considerando-se isso, a promoção de um atendimento de saúde mais inclusivo e respeitoso, que leve em consideração as necessidades específicas da população transgênero, é vital para garantir o seu bem-estar e depende de iniciativa pública e preparo dos profissionais.

Outra esfera fundamental para a integração plena na sociedade é o direito de acesso à educação. Exemplos claros de passos importantes são a autorização do uso do nome social pelo Ministério da Educação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a partir de 2014, e o reconhecimento legal de nome e gênero pelo Supremo Tribunal

Federal (STF) em 2018. No entanto, apenas 0,02% das pessoas transgênero estão em cursos de ensino superior, enfrentando constantes violências e desafios psicológicos.

Reitera-se, portanto, que tais iniciativas foram fundamentais, mas insuficientes se forem analisadas isoladamente. No cenário das Universidades Públicas, tem-se um exemplo de acolhimento no próprio município de Santa Maria: é o caso da Casa Verônica, que oferece suporte psicossocial e orientação jurídica. Logo, apesar de essas organizações serem essenciais, ainda há a necessidade de políticas mais amplas e inclusivas que garantam a segurança e o respeito nas instituições de ensino e que partam do sistema que precisa proteger todos os cidadãos sob seu domínio: o Estado.

No que tange à inclusão de pessoas transgênero no mercado de trabalho, limitações e discriminação ainda são persistentes. No caso do estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2021 foi decretada a reserva de vagas para transgêneros em concursos públicos. Já no âmbito da cidade de Santa Maria, leis municipais como Janeiro Lilás e a Lei Verônica, que intuem visibilidade e combate à violência, foram aprovadas. A promoção de uma cultura de inclusão no ambiente de trabalho e a valorização da diversidade são essenciais para garantir que as pessoas transgênero possam viver e trabalhar com dignidade, em qualquer esfera e abrangência territorial.

Apesar da gama de desafios, os quais não podem ser listados em sua totalidade por restrição numérica de páginas em um documento qualquer, a resistência à subordinação dos corpos transgêneros segue sendo evidente. Inspirados por Didi Huberman (2011), podemos comparar essa resistência à dos *vaga-lumes*, seres luminescentes, dançantes, erráticos, intocáveis e resistentes. Similarmente aos *vaga-lumes*, que brilham e dançam em meio à escuridão, a mera existência dos corpos transgêneros afronta a hegemonia e busca incansavelmente seus direitos. Para compreendê-los verdadeiramente, é necessário observar e respeitar sua luta contínua pela sobrevivência e inclusão.

Sinteticamente, mesmo que alguns avanços tenham ocorrido, a luta pela inclusão e reconhecimento da comunidade transgênero está longe de ter um fim. A sociedade precisa dirigir esforços no combate ao preconceito e na promoção da inclusão em todos os aspectos da vida urbana, garantindo que todos os indivíduos possam viver com dignidade e respeito.

Em vista do estudo realizado e das diversas narrativas coletadas, é possível, portanto, desenterrar a realidade da população transgênero e trazer à tona a discussão sobre a manifestação e a presença desse grupo no território urbano, bem como os diversos fatores que influenciam no acolhimento – ou não – por parte da sociedade. Dito isso, espera-se que este trabalho possa contribuir e incentivar novas discussões, bem como a divulgação da temática, a qual é extremamente necessária para promover a inclusão e auxiliar no projeto de espaços que atendem, de fato, todo o corpo social.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua*. Editora UFMG. Tradução Henrique Burigo, Belo Horizonte, 2007. Tradução de Homo Sacer, II Potere E La Nuda Vita I.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO BRASIL – ANTRA. *Nota da ANTRA sobre cotas e reservas de vagas em universidades destinadas às pessoas trans*. ANTRA, 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2020/12/17/nota-antra-cotas-universidades-pessoas-trans/>.

BENTO, Berenice. Transfeminicídio: violência de gênero e o gênero da violência. *Dissidências sexuais e de gênero*, v. 1, p. 7-240, 2016.

BENEVIDES, Bruna G. *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023*. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, p. 45, 2024. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>.

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo; MISKOLCI, Richard. Morte em Santa Maria: cidade vive escalada de violência de gênero. *SUL 21*, 9 jan. 2020. Disponível em: <https://sul21.com.br/opiniao/2020/01/morte-em-santa-maria-cidade-vive-escalada-de-violencia-de-genero-por-fernando-de-figueiredo-balieiro-e-richard-miskolci/>.

BRAZ, Denise Garrido de Carvalho *et al.* Vivências familiares no processo de transição de gênero. *Acta paul. enferm.*, São Paulo, v. 33, 2020. Disponível em http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002020000100452&lng=pt&nrm=iso.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, G. L. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Sobrevivência dos vaga-lumes*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 25-56, 2005.

IMPÉRIO dos sonhos. Direção: David Lynch. Produção: Laura Dern, Mary Sweeney. Absurda, Studio Canal, Fundacja Kultury, Camerimage Festival, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Cidades e Estados*. IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/santa-maria.html>.

MENDES, Luís Filipe. Políticas do Espaço: Arquitetura, Gênero e Controle Social. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, v. 2, n. 1, p. 153-157, 2011. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/download/1934/1908>.

MIRANDA, Davi. A cidade dos invisíveis: a transfobia como um instrumento de segregação social e urbana. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, v. 9, n. 2, p. 331-347, 2018. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/12854>.

MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Autêntica, 2017.

OLIVEIRA, Diéssica Vargas. *Caroline, Mana, Verônica, Selena e Morgana: uma análise sobre o transfeminício e as vidas que (não) importam em Santa Maria - RS*. 2021. Artigo (Mestrado em Estudos de Gênero) – Curso de Pós-Graduação em Estudos de Gênero - Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/21078>.

OLIVEIRA, Rosane Cristina de; LIMA, Jacqueline de Cássia Pinheiro; GOMES, Raphael Fernandes. Machismo e discurso de ódio nas redes sociais: uma análise das “opiniões” sobre a violência sexual contra as mulheres. *Revista Feminismos*, v. 6, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/85367990/17895.pdf>.

PILE, Steve. *Geographies of resistance*. Psychology Press, 1997.

PAGNAN, Redson. *Corpos Trans e os Lugares que (não) podem ocupar : o discurso de Linn da Quebrada e a produção de sentidos na cidade*. 2019. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística - Universidade de Franca. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CUB_a3c464134b3d44ca39dc3cb7ced2c227.

PAGNAN, Redson. Do Não-Lugar ao Lugar Antropológico: Práticas insurgentes no território das pessoas trans em situação de rua. *Pixo: Revista de Arquitetura Cidade e Contemporaneidade*, v. 8, n. 28, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/view/26588>.

PINA, João Pedro Oliveira Pompeu de. Vaga-lumes: a cidade noturna e os corpos dissidentes. A pegação no Aterro do Flamengo. *Revista Pixo*, Pelotas, v. 7, n. 25, p. 174-198, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/view/25516>.

SANTA MARIA (Cidade). Câmara de Vereadores. *Lei n. 6537/2021, de 11 de maio de 2021*. Diário Oficial da União, Santa Maria, 20 de maio de 2021.

SANTOS, Alana Carla Berto et al. A Vulnerabilidade LGBTQIA+ e a necessidade da criação de casas de acolhimento no Brasil. *Diversitas Journal*, v. 8, n. 1, 2023. Disponível em: https://www.diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/2113.

SENNA, Ariane de Moreira. *A solidão da mulher trans, negra e periférica: uma (auto) etnografia sobre relações socioafetivas em uma sociedade cisheteropatriarcal*. 2021. Dissertação (Mestrado do programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Estudos Afro-Orientais, Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34369>.

SILVA, Áureo Rosa da. Territorialidade queer: território e corpo no centro de Goiânia. *Revista de Arqueologia Pública: Revista eletrônica do Laboratório de Arqueologia Pública de Unicamp*, v. 16, n. 1, p. 166-184, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7985205>.

SOUZA, Martha Helena Teixeira de et al. Itinerários terapêuticos de travestis da região central do Rio Grande do Sul, Brasil. *Ciência & saúde coletiva*, v. 19, p. 2277-2286, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/7tFBFzZhJtR9RWZvbvcRFxC/?format=html&lang=pt>.

TEPERMAN, Ricardo. *Se liga no som: as transformações do rap no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015, Coleção Agenda Brasileira.

VIDAL, Júlia Silva; DA PAIXÃO, Olívia Vilas Bôas. Travestilidade, Prostituição e Encarceramento: Negação de Direitos e “Gestão de Illegalismos”. *Revista do CAAP*, v. 22, n. 2, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/caap/article/view/47060>.